



**O MISTÉRIO DO “CRUCIFIXO JANSENISTA”
NO CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO DE IPOJUCA-PE:
EM BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO PARA ALÉM DA TRADIÇÃO
POPULAR**

THE MYSTERY OF "THE JANSENIST CRUCIFIX" IN THE CONVENT OF
SAINT ANTHONY OF IPOJUCA-PE: IN SEARCH OF AN EXPLANATION
BEYOND POPULAR TRADITION

*Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa**

*Rafael Ferreira Costa***

RESUMO

A presença de uma representação jansenista de Cristo crucificado no altar-mor da igreja do Convento de Santo Antônio – Ipojuca-PE, o qual encontra-se ali desde o século XVII, levamos a interrogação do porquê de tal fato: se teria sido fruto um mero acaso, como diz a tradição popular, ou é um indício da expansão/influência do jansenismo nas terras lusitanas, inclusive no Brasil, nos tempos em que a referida imagem foi confeccionada em Portugal e, de alguma maneira, transladada para Pernambuco. Na busca de uma explicação, para além da tradição popular, traçamos um linha história do surgimento/expansão do jansenismo na França, que entrou e evoluiu em Portugal nos séculos XVII-XVIII através de dois movimentos teológico-políticos, a saber: o “movimento rigorista-jacobeu”, ao qual sucedeu o “movimento regalista-ilustrado”, que estava na base da chamada “reforma pombalina”, a qual teve grande repercussão no Brasil, provocando verdadeira revolução no mundo teológico-político, como

* Doutorado em Filosofia pela PUCRS, Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade do Porto, professor efetivo do Departamento de Filosofia da UFPE. E-mail: marcosnunescosta@hotmail.com.

** Mestre em História da Arte, pela Universidade do Porto, Portugal, e doutorando em História pela UFPE. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Graduado (Licenciatura e Bacharelado) em História, pela UFPE. E-mail: rafael.fe.costa@gmail.com.



por exemplo, na expulsão dos Jesuítas. A presença destes dois ‘movimentos’ em Pernambuco, explicam, de alguma forma, a confecção e permanência de uma imagem jansenista em um Convento católico, não obstante o jansenismo tenha sido condenado como heresia desde os seus primeiros anos de nascimento, pela presença de princípio da doutrina calvinista em seu seio.

Palavras-chave: Convento de Santo Antônio – Ipojuca-PE; Cristo jansenista; Jansenismo; Calvinismo; Movimento rigorista-jabobeu; Movimento regalista-ilustrado.

ABSTRACT

The presence of a Jansenist representation of Christ crucified on the main altar of the church of the Convento de Santo Antônio - Ipojuca-PE, which has been there since the 17th century, leads us to question the reason for such a fact: if it had been the result of mere chance, as popular tradition says, or is an indication of the expansion/influence of Jansenism in Lusitanian lands, including Brazil, in the times when the aforementioned image was made in Portugal and, somehow, transferred to Pernambuco. In the search for an explanation, beyond the popular tradition, we traced a history of the emergence/expansion of Jansenism in France, which entered and evolved in Portugal in the 17th-18th centuries through two theological-political movements, namely: the “movement rigorist-jacobeu”, which was succeeded by the “regalist-illustrated movement”, which was at the base of the so-called “Pombaline reform”, which had great repercussion in Brazil, provoking a true revolution in the theological-political world, as for example, in the expulsion of the Jesuits. The presence of these two ‘movements’ in Pernambuco explain, in some way, the creation and permanence of a Jansenist image in a Catholic Convent, despite Jansenism having been condemned as heresy since its early years of birth, due to the presence of principle of Calvinist doctrine in its midst.

Keywords: Santo Antônio Convent – Ipojuca-PE; Jansenist Christ; Jansenism; Calvinism; Rigorist-Jacobean movement; Regalista movement-illustrated.

1 INTRODUÇÃO

Em visita recente ao Convento Franciscano de Santo Antônio, de Ipojuca-PE, tivemos a grata surpresa de vermos, no altar-mor da igreja, um Crucifixo diferenciado dos demais que já tínhamos visto até então. Trata-se de uma imagem em que Cristo encontra-se crucificado com os braços levantados para o alto, ao passo que nos moldes tradicionais Ele está de braços abertos.

O guia que nos recebeu informou que se trata de um “Crucifixo Jansenista”, pelo fato – acrescentou – de Cristo estar com os braços levantados para o alto, em referência a um dos pontos do jansenismo/calvinismo segundo o qual Cristo não veio para salvar a humanidade como todo, que seria com os braços abertos, mas apenas alguns, os

eleitos. E concluiu dizendo que não se sabe ao certo como aquela imagem veio parar ali, mas tão somente que, segundo “lenda ou tradição popular”, isto aconteceu por acaso, quando, tendo um brasileiro que morava em Portugal sido encarregado de providenciar uma imagem de Jesus Crucificado para o Convento, este, por falta de conhecimento, enviou erroneamente aquela, fato que causou certa confusão ao chegar a Ipojuca, aumentando ainda mais o mistério, conforme palavras de Sóstenes Donato em sua dissertação intitulada “*Convento de Santo Antônio de Ipojuca em Pernambuco: reflexões históricas acerca da devoção ao Santo Cristo*”:

Encontramos em Ipojuca a construção de uma espécie de mito relacionado à origem do Santo Cristo. Sua história se mantém a partir de relatos orais a respeito da chegada e da procedência dessa imagem que passou a ser vista como possuidora de poderes, capaz de atender as graças daqueles que as solicitarem. Através do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão é possível saber que ela veio de Portugal para o Brasil, no entanto, a origem da sua criação é desconhecida (2008, p. 11).

Depois puxa uma nota de rodapé e completa:

Existem ainda outros elementos que reforçam o mistério que se encontrou em torno da imagem do Santo Cristo. Sua permanência em Ipojuca é atribuída a vontade dos bois que conduziam o carro de boi que levaria a imagem para outra localidade. Os animais se negavam a andar, mas deixados a sua própria vontade tomaram o rumo de Ipojuca. A partir disso é que o capitão Delgado resolveu deixar a imagem no convento e mandou que se construísse uma capela para ela (*Ibid.*, p. 11, nota 9).

As supracitas explicações lendárias não nos convenceram muito, ou mesmo que sejam verdadeiras, resta saber: por que uma imagem de representação jansenista do Santo Cristo teria sido confeccionada em Portugal, sendo este um país católico por excelência, e vindo parar em Pernambuco, ainda que por acaso?

Movidos por esta dúvida, iniciamos uma pesquisa com o intuito de verificarmos, primeiro, se há alguma incidência do jansenismo nos meios político-eclesiásticos de Portugal, nos séculos em que o Brasil a ele pertencia, o que explicaria a confecção da

imagem lá, e a vinda dela para o Nordeste, indo parar, ainda que por acaso, em Ipojuca¹.

2 O SURGIMENTO DO JANSENISMO NO SEIO DO CATOLICISMO, FRENTE AS TESES PROTESTANTES, NOS FINAIS DO SÉCULO XVI

Antes, porém, de investigarmos como se deu o surgimento e expansão do jansenismo em Portugal, convém primeiro descrevermos, de forma resumida, em que consiste o jansenismo, como ele surgiu na França no final do século XVI, e que tipo de problema causou ao catolicismo romano; para só então podermos entender como ele entrou em Portugal, e de lá se expandiu para todo reino português, inclusive ao Brasil.

É sabido que as teses lançadas pela chamada Reforma protestante provocaram grandes debates no ceio do cristianismo, sejam entre os próprios reformadores, seja dentro do movimento de reação a estes dentro do catolicismo, a que veio a se chamar Contrarreforma. Dentro do protestantismo, muitas foram as discórdias que culminaram no primeiro grande racha interno, que deram origem a duas tendências: Reformados e Não-reformados, representados, respectivamente, por calvinistas e arminianos.

Resumidamente, o cisma teve sua consumação quando, cinquenta anos após a morte de Calvino, dadas as discórdias internas, os reformadores convocaram um grande Sínodo (de Dort -1618-1619), com o intuito de colocar um ponto final nas divergências.

O evento girou em torno de duas linhas de interpretação da Reforma: uma, mais radical, ou “ortodoxa”, daí seus membros serem chamados, depois, de Reformados; outra, dos menos radicais, ou “heterodoxos”, dos chamados, mais tarde, de Não-reformados. Na quebra de braço, prevaleceu o grupo ortodoxo, que tirou do evento um documento, conhecido por TULIP, que é uma sigla formada pelas letras iniciais dos cinco pontos tidos como fundamentos do “calvinismo reformado”, acerca dos quais, Jeverson Nascimento, baseado em Gerrit Delfstra, assim diz:

Total Depravity – Depravação Total (o pecado atingiu o homem tão profundamente que o inabilitou de qualquer capacidade de dá resposta positiva aos apelos do Evangelho);

¹ Depois tomamos conhecimento da existência de uma imagem semelhante no Convento dos Franciscanos de Marechal Deodoro-AL, mas que também não se sabe como veio parar ali.

Unconditional Election – Eleição Incondicional (Deus, na sua graça infinita, elegeu a Igreja para a salvação independente de qualquer ato previsto);

Limited Atonement – Expição Limitada (Cristo morreu na cruz do Calvário somente pelos eleitos, ou seja, somente aqueles que são predestinados para a salvação é que serão eficazmente salvos);

Irresistible Grace – Graça Irresistível (Todos os eleitos serão, no devido tempo, atraídos pelo Espírito Santo a Cristo para alcançar a salvação. Nenhum dos escolhidos de Deus deixará de receber a salvação através de Cristo);

Perseverance of the Saints – Perseverança dos Santos (todos os eleitos perseverarão na fé até o final de sua jornada aqui neste mundo, jamais cairão da graça de Deus que os sustenta) (apud 2018, p. 86-87).

Como reação, ou contrapondo a estes, o grupo dissidente, liderado por Jacob Armínio (1560-1609), elaborou outro documento, também em cinco pontos, que viriam a ser, por sua vez, os fundamentos do grupo que viria a se chamar “arminianismo não-reformado”, acerca dos quais, o mesmo Jeverson Nascimento, desta feita baseado em Feinberg, assim diz:

Freed by Grace (to Believe) – Livre pela graça (sustenta que o homem é dotado de vontade livre e que a graça é resistível);

Atonement for All – Expição para Todos (a morte de Cristo oferece a Deus base para salvar a todos os homens, contudo, cada homem deve exercer sua livre vontade para aceitar a Cristo);

Conditional Election – Eleição Condicional (a eleição baseada no pré-conhecimento de Deus em relação àquele que deve crer);

Total Depravity – Depravação Total (o homem é tão depravado que a graça divina é necessária para a fé ou para qualquer boa obra);

Security in Christ – Segurança em Cristo (Cristo morreu por todos e cada um dos homens, embora só os crentes sejam salvos) (apud 2018, p. 93).

Os pontos levantados pelos reformadores protestantes não provocaram divergências entre eles mesmos, mas atingiram a Igreja católica, a qual, num ato de resistência, criou um movimento que ficou conhecido por “Contrarreforma”, no seio do qual, surgiram, também, grupos divergentes, dentre eles aquele que veio a se chamar jansenismo. O movimento surgiu no contexto das discussões levantadas durante o Concílio de Trento, onde as teses dos Reformadores foram resumidas no problema de como conciliar a Soberania divina e a livre vontade humana. Na euforia do debate, diz Candido dos Santos,

o professor da Universidade de Louvaina, Miguel Baio (1513-1589), invoca a autoridade de Santo Agostinho na teologia da graça e defende que o homem, depois da queda, está corrompido, ferido totalmente em sua natureza. Aproximando-se perigosamente da concepção pessimista dos protestantes². Ao contrário de Baio, o jesuíta Leonardo Léssio valorizava a liberdade humana em detrimento da graça [...]. Dois anos depois, outro jesuíta, Luís de Molina, defende na sua obra *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis* a liberdade do homem na cooperação com a graça. Molina fez depender da liberdade que a graça seja meramente eficiente ou eficaz, isto é, põe o acento tônico no livre-arbítrio do homem. Com efeito, se a graça de Deus é eficaz por si mesma, se obtém sempre o seu efeito, qual o papel do livre-arbítrio? (2007, p. 5).

Estava posto, portanto, a aquilo que veio a se chamar de “sinergismo”, quando a graça opera com a ajuda do homem, motivando a condenação de Léssio e Molina, em 1567, pela bula *Ex omnibus afflictionibus*, do papa Pio V, acusados de se aproximarem do pelagianismo/arminianismo.

O problema persistiu no seio a Igreja Católica. Foi aí que entrou em cena Cornélio Jansênio (1585-1638), renomado professor de teologia agostiniana da Universidade de Louvaina (Bélgica), que em 1635 veio a ser nomeado Bispo de Ypres. Na ânsia de combater o molinismo, o religioso radicalizou ainda mais as teses de Miguel Baio, aproximando cada vez mais o catolicismo (pelo menos na sua versão) do calvinismo³. Jansênio compilou suas teses numa obra póstuma intitulada *Augustinus* (1642), onde acusa o molinismo de heresia por se distanciar da maior autoridade no que se refere a graça, Santo Agostinho, seu principal referencial teórico. Assim, de forma resumida, radicalizando as teses de Miguel Baio, Jansênio traz para o seio da Igreja católica alguns dos pontos defendidos pela “reforma protestante”, com maior ênfase no chamado “calvinismo reformado ou ortodoxo”, acerca dos quais nos fala resumidamente Cândido dos Santos:

² Outra obra de Cornélio Jansênio que fora publicada após a sua morte intitula-se “*Discurso da Reforma do Homem Interior*”, escrita em latim e traduzida e publicada em 1644 por Robert Arnauld d’Andilly, irmão do estimado teólogo jansenista Antonie Arnauld, a qual, seguindo o tradutor brasileiro Andrei Venturini Martins, em seus comentários, “descreve minuciosamente o itinerário do orgulho da alma humana depois da queda adâmica” (2016, p. 17).

³ Por isso, segundo Andrei Venturini Martins, por ser “acusado de negar toda realidade do livre-arbítrio e favorecer o calvinismo, já que, no século XVI, a Igreja concebia o calvinismo como uma doutrina que, ao conceder a graça, restringia a liberdade do homem na sua totalidade. Por esse motivo foi elaborada, depois de uma extensa controvérsia acadêmica, uma lista de 76 proposições na qual o papa Pio V condena o teólogo Baius” (2016, p. 24).

A justiça original, deu lugar, após o pecado, a uma natureza integralmente pecadora [...]. O homem no estado de natureza lapsa, escravo da concupiscência, precisa, para todo acto bom, da graça eficaz (*auxilium quo*) que determina irresistivelmente a vontade ao bem [...]. Não há graça suficiente de que fala Molina; a graça é sempre eficaz, de tal modo que o homem não lhe pode resistir. Assim Deus predestina ao céu ou ao inferno, antecipadamente à consideração dos méritos, e Cristo morreu apenas pelos predestinados, aqueles a quem concede a graça eficaz (SANTOS, 2007, p. 7-8 – destaque nosso)⁴.

Estava posto, portanto, a aquilo que veio a se chamar de “monergismo”, quando a Graça opera sem a ajuda do homem.

A essa interpretação emerge um rigorismo moral que influenciaria, mais tarde, grandes movimentos reformistas no seio da Igreja católica, entre os quais o “movimento jacobeu”, do qual falamos anteriormente, e o “regalismo”, acerca do qual veremos mais adiante.

O jansenismo foi fortemente combatido, principalmente pelos jesuítas, vindo a receber várias condenações por parte da Igreja católica. Primeiro, dois anos após a publicação do *Augustinus*, em 1642, este foi condenado pela bula *In eminenti Ecclesiae*, do papa Urbano VIII. O que levou o jansenista Antoine Arnauld (1612-1694) a sair em defesa da Obra, publicando duas Apologias de *Jansênio* (em 1644 e 1645) e uma obra própria intitulada *De la fréquente communion* (1643), todas, por sua vez, condenadas pela bula *Cum occasione* de maio de 1653. Como consequência, Arnauld foi expulso da Faculdade de Teologia da Sorbonne - Paris, fato que levou o filósofo-matemático Blaise Pascal (1623-1662), que, recém convertido, havia se recolhido para uma experiência religiosa no mosteiro cisterciense de Port-Royal-des-Champs, a escrever duas obras: Primeiro, um conjunto de 18 cartas escritas em defesa de Antoine Arnauld, vieram ser publicadas como *Cartas Provinciais* (1657). Antes, porém, Pascal já havia escrito os *Écrits sur la grace*⁵, de 1655, onde expõe sua posição jansenista,

⁴ Destacamos aqui o último ponto por ser aquele que tem uma relação direta com a representação do “Cristo jansenista”, que, inclusive, seria a 5ª proposição herética levanta por Nicolas Cornet acerca do jansenismo, a saber: que “é um sentimento semipelagiano e herege dizer que Jesus Cristo está morto e derramou seu sangue por todos os homens sem exceção” (*apud* MARTINS, 2016, p. 31). Esta e outras proposições levariam o papa Inocêncio X a emitir a bula *Cum occasione*, de 31 de maio de 1653, condenando o jansenismo.

⁵ Desta obra nos valem de uma tradução, ainda inédita, de Andrei Venturini Martins, o qual, gentilmente, nos disponibilizou para consulta.

mostrando que ela é diferente daquela de Calvino, mas idêntica àquela de Santo Agostinho.

Finalmente, para não nos alongarmos muito, e tocarmos apenas nos pontos quem têm maior relação com sua chegada e expansão em Portugal, o jansenismo acabaria por desembocar em um segundo problema dentro do cristandade, para além da teologia/moral, com a adesão de grande parte do clero, notadamente na França, ao movimento político denominado “galicano” (por ter surgido na Galia, antigo nome da França, no governo absolutista de Luiz XIV), que pregava a submissão da Igreja galicana (francesa) ao Estado. A adesão do clero francês ao “galicanismo” aumentou ainda mais como reação a condenação de mais um autor jansenista, o monge oratoriano Pasquier Quesnel (1634-1719), autor da obra *Réflexiones morales sur le Nouveau Testament* (1695), pela bula *Unigenitus Dei filius*, do papa Clemente XI, em 1713, por sua proximidade com as teses de Baio e Jansênio. A partir de então, jansenismo e galicanismo andaram juntos, e se espalhariam pela Europa, dando origem, em Portugal, ao “regalismo-jansensista”⁶, conforme veremos a seguir.

3 A PRESENÇA DO JANSENISMO NO “MOVIMENTO RIGORISTA-JACOBEU” EM PORTUGAL E SEUS REFLEXOS NA DIOCESE DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

3.1 Surgimento e expansão do “movimento rigorista-jacobeu” em Portugal no séc. XVIII

É sabido que o movimento espiritual rigorista que veio a se chamar “jacobeia”⁷ surgiu em Portugal, no início do século XVIII, pela ação reformista do **Frei Francisco da**

⁶ Daí Evergton Souza dizer que “os jansenistas terminariam por se alinhar, ao menos por algum tempo, na defesa do regalismo. Quesnel, por exemplo, defendeu a autoridade absoluta do príncipe, a autonomia do poder temporal e a total submissão dos súditos eclesiásticos a autoridade temporal” (2005, p. 2).

⁷ Segundo Jossana Muniz, “o significado do nome vem de uma alusão à ‘escada de Jacob’ que é referido no *Gênese* e simboliza a aspiração e o movimento da alma em direção a Deus” (2019, p. 30), pelo fato, completa Ana Ruas Alves, “da existência real de uma escada, que se encontrava no coro onde os religiosos se juntavam para rezar, ler e discutir [...]” (2019, p. 24). Ao que conclui: “Posteriormente, quer os jacobeuos quer os anti-jacobeuos recorreram à vida de Jacob para simbolizar o ideal das práticas de piedade da jacobeia. A vida de Jacob simbolizava a oração, a atitude dinâmica das potências da alma na sua contemplação visando a obtenção da perfeição. Em suma, o termo jacobeia teria tido o seu fundamento no Livro do Gênesis, no qual se refere Jacob, neto de Abraão e

Anunciação, que, aos 16 anos de idade, em 1685, recebeu o hábito de Santo Agostinho, no Convento de Nossa Senhora das Graças, de Lisboa. Depois foi estudar Filosofia e Teologia no Colégio Universitário de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, onde mais tarde, em 1698, obteve o título de Doutor, tornando-se professor da Universidade.

Frente ao espírito racionalista de investigação impresso na Igreja pela Escolástica tardia, notadamente aquele de linha aristotélico-tomista, o movimento jacobeu emergente “buscavam o regresso ao cristianismo primitivo se opondo à teologia especulativa que seria conhecer a Deus através do conhecimento filosófico do homem. Incentivando, por outro lado, o desenvolvimento espiritual ascético e místico” (MUNIZ, 2019, p. 16). Tinha, pois, a intenção de combater o que na prática se caracterizava, para ele, uma fé oscilante e fraca (laxismo) tanto entre os religiosos quanto na sociedade católica portuguesa da época.

Isto é o que aparecesse na doutrina do Frei Francisco da Anunciação fora exposto por ele mesmo numa obra, uma espécie de manual de exercícios espirituais, intitulado *Vindicias⁸ da virtude e escarmanto de virtuosos nos públicos castigos dos hypócritas dados pelo Tribunal do Santo Offício*, publicada em três volumes entre 1725 e 1726, que passou a ser referência para muitos que o seguiram, principalmente entre as classes mais abastadas, pois, segundo Jossana Muniz, “aderiram ao movimento algumas figuras eclesiásticas de destaque, principalmente do alto clero regular e secular” (2019, p. 17). A espiritualidade jacobea, exposta nas *Vindicias da Virtude*, direcionadas a clérigos e leigos, estavam centradas em quatro pontos (máximas da jacobea): 1. oração mental cotidiana (conversa com Deus); 2. exame de consciência; 3. participação nos sacramentos; e, 4. confissão, que deveria ser realizada com confessores rigorosamente escolhidos.

Daí, por seu rigorismo moral, o jacobismo emergente logo foi acusado de trazer em seu bojo, ainda que implicitamente ou nas entrelinhas, traços do jansenismo, ou pelo menos de tornarem seus seguidores, provavelmente sem suspeitarem, simpatizantes em potencial de uma moral jansenista, a qual ganhava força nos meios católicos

filho de Isaac, que teve um sonho em Bethel: ‘viu uma escada apoiada na terra, cuja extremidade tocava o céu; e ao longo desta escada, subiam e desciam mensageiros de Deus’” (*Ibid.*, p. 25-26).

⁸ Obra comumente citada simplesmente por *Vindicias da Virtude*.

conservadores da Europa, principalmente na França, e que agora chegava tardiamente a Portugal.

O certo é que não tardou muito e o movimento espiritual rigorista jacobeu se espalhou por Portugal, ganhando adeptos nas mais elevadas classes eclesiásticas e políticas, como, por exemplo, Gaspar de Moscoso e Silva (1685-1752), Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, onde foi reitor por cinco anos, mas que deixou a carreira acadêmica para ingressar no Convento Franciscano de Varatojo, em Torres de Vedras, distrito de Lisboa. Sob o hábito franciscano, adotou o nome religioso de **Frei Gaspar da Encarnação**, e tornou-se Conselheiro de D. João V (1689-1750), cujas “consequências desta relação – diz Jossana Muniz - foi a nomeação de inúmeros bispos para compor as dioceses do Império português. Desde as dioceses de Portugal até as das terras de além-mar, do Oriente ao Brasil” (2019, p. 30). O próprio Frei Gaspar da Encarnação foi nomeado pelo papa Inocêncio XIII como reformador do Colégio de Santa Cruz de Coimbra, em abril de 1723, a pedido de D. João V. Sua influência levou o movimento reformador jacobeu a ganhar lastro em território luso entre beneditinos, carmelitas, cistercienses, agostinianos, oratorianos, etc. No entanto, como ressaltou Jossana Muniz na supracitada passagem, o projeto de reforma jacobea se lançava para além de Portugal, de forma que, diz a mesma investigadora,

os religiosos regulares escolhidos para compor os bispados do império português nos anos de 1721 a 1740 eram todos eles provenientes do movimento jacobeu. Foram eles D. Inácio de Santa Teresa (Goa, 1721)⁹, D. Frei José de Santa Maria de Jesus (Cabo Verde, 1721), D. Frei Manuel de Jesus Maria (Nanquim, 1721), **D. Frei José Fialho (Olinda, 1725)**, D. Frei Manuel Coutinho (Funchal, 1725), posteriormente, D. Frei Valério do Sacramento (Angra, 1738), D. Frei António do Desterro (Angola, 1738), D. Frei Manuel da Cruz (Maranhão, 1738), **D. Frei Luís de Santa Teresa (Olinda, 1738)** e D. Frei João da Cruz (Rio de Janeiro, 1740), **D. Francisco Xavier Aranha (Olinda – 1757)**, D. Frei Eugênio Trigueiros (em Macau e Goa), D. Frei António de São José, bispo do Maranhão de 1755 a 1779, **D. Tomás da Encarnação, bispo de Pernambuco (1774)** (2019, p. 33 – destaque nosso).

⁹ Em 1740, D. Frei Inácio de Santa Teresa (monge agostiniano) retornaria a Portugal, para administrar a Diocese de Faro, no Algarve, onde permaneceu até 1751, engrossando assim as fileiras dos bispos jacobeus na região, notadamente os bispos de Elvas, Coimbra e Évora, encarregado de combater o molinismo reinante ali no período pré-pombalino (cf. ALVES, 2012, p. 11).

A mesma investigadora completa tais argumentos ao mostrar “não somente o impacto da proposta religiosa sobre a ação evangélica do governo de D. João V, mas também o impacto global do movimento religioso-cultural, alastrando-se pela América portuguesa, pelo Oriente e demais domínios de Portugal” (*Ibid*, p. 33-34). Ou seja, resume Bruno de Melo,

o início do século XVIII foi marcado por consideráveis reformas na estrutura do catolicismo Português, seja pela relação quase fetichista de D. João V pelas coisas eclesiásticas e pelos atos diplomáticos, principalmente em relação a Roma, seja pelas reformas rigoristas (*jacobeia e jansenismo*), que produziram profundas modificações nas concepções eclesiológicas, morais e teológicas da Igreja Portuguesa de *aquém e além mar* (2012, p. 4).

Não obstante, diz ele, em outros países da Europa, especialmente na França, o jansenismo já vinha sendo combatido veementemente desde o início do século XVIII, tanto é que o papa Clemente XI lançou a bula *Unigenitus Dei filius*, em 08 de setembro de 1713, condenando 101 proposições galicano-jansenistas (cf. *Ibid.* e SANTOS, 2007, p. 10).

3.2 Os reflexos do “movimento rigorista-jacobeu” na Diocese de Pernambuco no início do século XVIII

A estrutura eclesiástica luso-brasileira passou por profundas transformações no decorrer do Período Colonial, tendo como base as dinâmicas político-religiosas do Padroado Régio. Desde 1455, quando o papa Calixto III aprova a bula *Inter Caetera*, a gestão das atividades religiosas em território português – e suas conquistas – ficaram sob jurisdição da Ordem de Cristo e, conseqüentemente, da Coroa. Em 1514, o rei D. Manuel I, enquanto grão-mestre da referida Ordem, recebe o “duplo padroado nas terras além-mar. Um de caráter secular – pertencente ao rei enquanto rei – sobre o benefício episcopal da diocese de Funchal; e outro, de caráter eclesiástico, embora sem jurisdição espiritual, sobre os benefícios menores” (LIMA, 2014, p. 47), através da bula *Dum Fidel*. No contexto brasileiro, a consolidação do poder real veio com a bula *Praeclara Charissimi*, em 1551, quando o grão-mestrado da Ordem de Cristo foi definitivamente anexado à Coroa e, no mesmo ano, a bula *Super Specula* garante a D. João III o duplo padroado com a fundação da primeira diocese do Brasil, instalada em Salvador em 25 de fevereiro de 1551. Durante mais de um século, a Diocese

O primeiro deles, **D. Frei José Fialho**, nascido na cidade de Braga, iniciou sua vida religiosa no Mosteiro beneditino de Santa Maria do Douro, de Alcaçoba, tendo estudado, depois, Filosofia e Teologia, no Colégio de Santa Maria de Seiza, de Coimbra. Por seu envolvimento com o movimento reformador jacobeu em Portugal, foi nomeado Bispo de Olinda, em 1725, com a missão de implantar na nova circunscrição os ideais da “propaganda jacobea”, assim, “tal qual o anjo do apocalipse trazia a espada na boca para cortar pelos delitos, e trazia estrelas na mão para coroar os delinquentes” (COUTO, 1981, p. 196). De início, “suspendeu todos os religiosos ordenados antes de sua chegada” (MUNIZ, 2019, p. 35),

por estarem ordenados nessa diocese muitos sujeitos totalmente iletrados e contra as disposições do sagrado concílio tridentino e incumbir a nossa obrigação não consentir exercitem estes as ordens; por não termos conhecimento quais sejam ordenados da ordem referida por esta pastoral havemos por suspensos a todos de ordens sacras que as receberam desde o princípio do ano de setecentos e dezoito até ao presente (*apud*. BARATTA, 1922, p. 58).

Bem como, fez visitas/missões a vários pontos da sua jurisdição, combatendo os maus costumes e implantando os quatro pontos da espiritualidade jacobea por nós mostrada em momento anterior. Mas foi com o sucessor de D. Frei José Fialho que a “campanha jacobea” ganhou força no bispado de Pernambuco, quando o substituiu **D. Frei Luís de Santa Teresa**, nome religioso (carmelita) de Luís Salgado de Castilho. Nascido numa família nobre de Lisboa (1693), o frade foi filho de D. Antônio Salgado, sargento-mor de Cascais, governador do Cabo Verde, que chegou ao cargo de general da Província do Trás-Montes (cf. PAIVA, 2008, p. 163). Quando contava com pouco mais de 17 anos de idade, Luís Salgado de Castilho foi enviado a Coimbra, estudando inicialmente no Colégio de Ates, e depois na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Direito Canônico (1717). Foi durante sua permanência em Coimbra que entrou em contato com o movimento jacobeu, através do então reitor Gaspar de Moscovó e Silva (que depois adotou o nome religioso de Frei Gaspar da Encarnação), que passou a ser seu diretor intelectual/espiritual (cf. PAIVA, 2008, p. 165). Uma vez formado, e sob a proteção de Gaspar de Moscovó, Luís Salgado de Castilho se tornou professor da Universidade de Coimbra, e, em 1722, foi nomeado por D. João V como corregedor da Comarca de Coimbra. Aos 30 anos de idade, deixou o cargo de corregedor e ingressou na Ordem dos Carmelitas, no Convento de

Nossa Senhora dos Remédios, de Lisboa, onde já se encontrava Frei Gaspar da Encarnação. Ao ingressar na vida religiosa, Luís Salgado de Castilho adotou o nome de **Frei Luís de Santa Teresa**, por sua devoção a Santa Teresa D'Ávila. Um ano depois, em 1724, foi ordenado presbítero (cf. PAIVA, 2008, p. 168). No ano seguinte foi enviado para Coimbra, passando a residir no Colégio de São José, pertencente a sua Ordem, onde veio a ser professor por quatro anos, quando, em 1729,

desejoso de intensificar o seu projecto de renovação interior e assim 'segurar a sua salvação', largou as aulas e dirigiu-se para o Convento do Bussaco, com o intuito de ali se dedicar à vida eremítica que caracterizava os religiosos que se acolhiam naquele 'deserto', como vulgarmente lhe chamavam (PAIVA, 2008, p. 169).

Seu projeto não foi a frente, pois no ano seguinte fora nomeado prior do Convento de Braga, onde ficou por dez anos, quando regressou a Coimbra, com o fito de ali fundar um convento das Carmelitas Descalças. Finalmente, por seu prestígio intelectual, qualidades espirituais e ligação com o movimento jacobino, foi indicado para assumir o bispado de Pernambuco. Para tal, primeiro fora sagrado bispo pelas mãos do patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, em 14 de dezembro de 1738, em cerimônia que contou com a presença de D. João V. Em fevereiro do ano seguinte foi enviado a Pernambuco, para assumir a Diocese de Olinda, afinal, diz Jossana Muniz, "Frei D. Luís de Santa Teresa tinha um perfil considerado ideal para o cargo, o modelo jacobino perfeito para governar as dioceses ultramarinas, por ser disciplinador" (2019, p. 38). Prevendo os desafios que lhe esperavam no Além-Mar, antes de partir de Portugal, o novo bispo jacobino teve o cuidado de se preparar ao escrever

para o Conselho Ultramarino, em data anterior a 24 de Janeiro de 1739, solicitando ao rei meios materiais para as despesas da viagem, sua e da família, bem como uma verba para a aquisição de paramentos, livros religiosos e litúrgicos, enfim, tudo o que era necessário para compor a dignidade de um bispo ultramarino e respectiva comitiva (2008, p. 173).

No comando da Diocese de Olinda, o bispo jacobino entraria em conflito com as ordens religiosas locais, notadamente com os franciscanos, os quais, para ele, eram responsáveis pelo "relaxamento moral" (laxismo) das pessoas da região. Tanto é que, segundo José Pedro Paiva,

numa carta que escreveu a D. João V, em Abril de 1743, informava que havia muitos frades franciscanos que iam para o interior do sertão 200 e 300 léguas, pelo que os vigários e curas não conseguiam verificar se eles tinham as necessárias licenças para confessar, pregar e pedir esmolas, sublinhando que tinha notícia que muitos actuavam escandalosamente, pelo que ele já pedira aos guardiães dos seus conventos que fossem mais vigilantes (2008, p. 180).

Também os perseguia por apoiarem certos costumes dos habitantes locais, os quais julgava desrespeitosos à religião católica, como era o caso do uso de máscaras em algumas festividades (cf. *Ibid.*, p. 175). Tratava-se das folias do Divino Espírito Santo, uma tradição medieval inspirada nos ensinamentos do abade cisterciense Joaquim de Fiore (1130-1202), o qual, em sua filosofia-teologia da história, dividia a história da humanidade em três grandes períodos ou idades: a idade do Pai (do Antigo Testamento), a idade do Filho (do Novo Testamento) e a idade do Espírito Santo (da Igreja dos pobres), fazendo dos religiosos, sal da terra entre os mais pobres, instrumentos eleitos para dirigir o final dos tempos. Munido deste espírito, Joaquim de Fiore imprimiu uma rígida vida de pobreza em seu mosteiro. Segundo o comentador Marcos Almeida,

o próprio São Francisco partilhou e viveu esse sonho e talvez aqui residisse a influência mais forte de seu tempo enquanto proposta de vida. A pobreza realçada nas ideias de Joaquim de Fiore corresponde perfeitamente àquilo que Francisco de Assis buscava. As primeiras comunidades franciscanas se caracterizavam pela vivência pobre e pela ânsia de evangelizar os povos como se aquele momento fosse o último da História: o fim próximo. Urgia anunciar o tempo do Espírito (1999, p.173).

Inclusive, mais tarde, no século XIV, as ideias joaquinistas inspirariam o famoso movimento dentro do franciscanismo em defesa da “pobreza franciscana”, provocando o primeiro grande cisma dentro da Ordem, que ficaria dividida entre os “espirituais” (em alusão a Era do Espírito Santo, de que falava Joaquim de Fiore) – também conhecidos como “observantes” –, da qual irá fazer parte, por exemplo, o filósofo franciscano Guilherme de Ockham, os quais deixaram os Conventos para morar em meio aos pobres, e os “conventuais”, que ficaram dentro dos Conventos.

O supracitado comentador Marcos Almeida (cf. 1999, p. 173-175) defende que os primeiros franciscanos que chegaram ao Brasil antes da criação da Custódia em 1585 faziam parte da “ala dos espirituais”, e permaneceu com eles mesmo depois disto,

pelo menos em parte, pois não é por acaso que o filósofo Guilherme de Ockham encontra-se retratado no teto da “sala dos filósofos” do Convento de São Francisco de Olinda. Bem como, introduziram na religiosidade popular brasileira as folias do Divino Espírito Santo, daí a censura do bispo jacobeu para com os franciscanos, chagando a proibir a feste em 1744.

Um ano antes, D. Frei Luís de Santa Teresa,

desencadeara campanha para tentar impedir a circulação descontrolada dos missionários franciscanos pela diocese, ordenara aos vigários e curas, através de carta pastoral, que não deixassem os franciscanos esmolar nas suas paróquias, sem terem licença passada por si ou pelo escrivão da Câmara Eclesiástica. Na sequência, o padre cura José Barbosa, numa terra do sertão, ameaçou de excomunhão os seus fregueses se eles dessem esmolas aos franciscanos, e chegou a confiscar os bens de um que ali esmolava (PAIVA, 2008, p. 185).

Também são notórias as relações de cooperação do bispado de Olinda nas ações do Tribunal do Santo Ofício de Portugal na Capitania de Pernambuco, tendo sido os bispos jacobeus os que mais colaboraram nos processos inquisitórios contra supostos hereges. Como exemplo, estiveram os judeus ou pelo menos cristãos novos que não obstante se declararem cristão (conversos), mas, as escondidas, continuavam praticando o judaísmo. Isso é o que nos diz Gustavo dos Santos ao mostrar que “os ciclos em que houve mais registros de cooperação foi nos governos de D. Francisco Xavier Aranha (14 denúncias), D. Frei Luiz de Santa Teresa (11 denúncias), D. Frei Diogo de Jesus Jardim (11 denúncias) e D. Frei Tomás da Encarnação Costa e Lima (8 denúncias)” (2019, p. 176). Ao que completa mais adiante:

Ao analisar como se estruturava e atuava a justiça eclesiástica em Pernambuco e como esta justiça colaborava com a Inquisição de Lisboa na perseguição aos hereges foi possível constatar que desde a criação da diocese de Pernambuco o juízo episcopal buscou colaborar com a Inquisição, sendo possível verificar que alguns bispos tiveram maior atuação no envio de denúncias que outros, como foram os casos de D. Francisco Xavier Aranha, D. Frei Luís de Santa Teresa e D. Frei Diogo de Jesus Jardim (*Ibid*, p. 201).

Além disso, o novo Bispo entraria em conflito com o poder secular logo de início com o governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada. Tal embate foi gerado primeiro, por interferir em questões de impostos cobrados pela Capitania a serem

repassado à Igreja em forma de dízimos, e em segundo lugar, por se intrometer nos assuntos da justiça secular, ao passo que não admitia que esta interferisse na justiça eclesiástica, tendo como ponto máximo de sua querela com a justiça civil a excomunhão do Juiz de Fora Antônio Teixeira da Mata (cf. MELO, 2012, p. 2).

D. Frei Luís de Santa Teresa continuou com seus desmandos a frente da Diocese de Olinda, os quais são amplamente descritos por José Pedro Paiva em seu já citado artigo “*Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)*”. Nos finais da primeira metade do século XVIII, com o falecimento de D. João V e do Frei Gaspar da Encarnação, em Portugal, vendo-se desamparado e cercado de inimigos, renuncia ao bispado de Pernambuco e volta a sua terra em 18 de junho de 1754, recolhendo-se numa Quinta, em Póvoa de Santo Adrião, onde veio a falecer dois anos depois, em 17 de novembro de 1757 (cf. PAIVA, 2008, p. 209).

Dadas as mudanças nos rumos da política civil e eclesiásticas em Portugal, provocadas pela ascensão do “movimento ilustrado pombalino” ao poder, o bispado de Pernambuco ficaria vacante. Somente em 1757 foi nomeado o novo Bispo **D. Francisco Xavier Aranha**, que ficou no cargo até 1771, quando foi substituído pelo último bispo jacobeu de Pernambuco, **D. Tomás da Encarnação Costa e Lima**, que permaneceu a frente do bispado até 1784. Ambos oriundos do “movimento jacobeu”, mas que acabaram aderindo ao novo “movimento regalista”, que, do ponto de vista político, assenta-se no galicanismo francês e pregava a submissão da Igreja ao Estado. Do ponto de vista religioso, continuava ligado ao jansenismo, que reapareceria na forma de um “Catolicismo Ilustrado ou Iluminismo Católico”, cujo casamento perfeito teria seu ápice na “reforma pombalina”, conforme veremos mais adiante.

4 A PRESENÇA DO JANSENISMO NO “MOVIMENTO REGALISTA-ILUSTRADO” EM PORTUGAL E SEUS REFLEXOS NA DIOCESE DE PERNAMBUCO NO SÉCULO XVIII

Conforme vimos no capítulo anterior, todos os comentadores fazem algum tipo de relação entre o “movimento rigorista-jacobeu” e jansenismo, entretanto, este não

aparece de forma explícita em nenhum de seus mentores, mas tão somente nas entrelinhas de seus discursos e ações. É somente a partir dos finais do século XVIII que o jansenismo vai ganhar forças no reino de Portugal, quando o jacobismo fora suplantado por um outro movimento político-religioso, que veio a chamar “regalismo-ilustrado”. Tal movimento, do ponto de vista teológico, absorvia e explicitava as teses jansenistas, e, do ponto de vista político, ou das relações entre os poderes civis e eclesiásticos, superaria e inverteria o jacobismo, ao colocar a Igreja como subordinada ao Estado. O novo “movimento regalista-ilustrado” teria seu ápice na reforma pombalina, conforme veremos a seguir.

4.1 CHEGADA E EXPANSÃO DA “REFORMA REGALISTA/JANSENISTA” A PORTUGAL (SÉCULO XVIII)

Conforme anunciamos acima, é somente a partir dos finais do século XVIII que o jansenismo vai ganhar forças no reino de Portugal, através do novo “movimento regalista-ilustrado” que terá seu ápice na “reforma pombalina”¹², conforme atesta Cândido dos Santos ao dizer que

só depois da expulsão dos jesuítas se pode falar verdadeiramente de jansenismo em Portugal. Depois de 1759, as muralhas defensivas do papado foram derrubadas; o Núncio de sua Santidade é expulso e são cortadas as relações com a Corte de Roma. Estavam criadas as condições propícias à entrada no país da literatura jansenista e galicana (2018, p. 12)¹³.

¹² A esse respeito diz Juarez do Anjos: “O regalismo foi a doutrina política segunda a qual o soberano tinha o direito de intervir na vida da Igreja Católica de seu país, o que resultava na submissão dessa instituição ao Estado. Tal doutrina, em Portugal, consolidou-se durante o governo de D. José (1750-1777), auxiliado por seu Ministro, o Marquês de pombal” (2016, p. 1030). E Maria Eva da Silva: “A Reforma Protestante quebrou a unidade espiritual da Europa, trazendo como consequência a intervenção direta do Estado nas questões religiosas, determinando assim a limitação dos poderes do Pontífice romano. No caso português, percebemos que a influência do direito público gerou a supremacia do poder civil. O regalismo já podia ser verificado no período castelhano. A ausência de relações entre Portugal e a Cúria romana, depois da restauração, o prestígio da França de Luís XIV, o absolutismo de D. João V e as tendências anti-romanas de alguns membros do clero favoreceram depois a aclimação das teorias político-religiosas dos jansenistas e galicanos, tão queridas do absolutismo francês. Dessas teorias, extraiu o Marquês de Pombal o que pareceu conveniente ao seu plano de Reformas. Nos estatutos da Universidade encontra-se compendiadas as normas, nitidamente regalias, que ele desejava incutir às novas gerações” (2007, p. 40).

¹³ Ítalo Santirocchi, por sua vez, diz: “Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, tornou-se Ministro de D. José I no dia 3 de agosto de 1750. Seu governo marcou o auge de um processo de centralização e fortalecimento do Estado Português e, também, de uma maior radicalização do regalismo em relação à Igreja Católica. Segundo a maioria dos historiadores que estudam o tema, foi a prática regalista desse governante que continuou a ser exercida no Brasil independente. O Marquês

A partir de então, nos meios acadêmicos, eclesiásticos e laicos, “em lugar de Suares, Lugo, Ripalda, Belarmino, andam nas mãos de todos um Gerson, um Sarpi, Um Marca, um Nicole, um Arnauld, um Pedro Aurélio, um Dupin, um Bossuet, um Launoy. Quer dizer, os jesuítas tinham sido substituídos... por jansenistas e galicanos”, diz o mesmo comentador, citando as “*Memórias*” de Gabriel Duparc de Bellegarde¹⁴ (*apud, Ibid.*, 18). E, mais adiante, comenta: “Parece que os ventos soprados de Utrecht se tinham feito sentir em Portugal: as ideias jansenistas e regalistas avançaram com a bênção de Pombal” (*Ibid.*). E dentre os autores portugueses aliados ao projeto “regalista-jansenista pombalino”, destaca-se o Pe. Antônio Pereira de Figueredo (1725-1797)¹⁵, o qual, a convite do Marquês, compilou um conjunto de teses molinistas que fora designado por “*Doutrinas da Igreja sacrilegamente defendidas pelas autoridades jesuíticas*”. A obra foi impressa pela Regia Officina Typografia de Lisboa, em 1772, com comentário do próprio Pombal. O molinismo dos jesuítas é tratado ali como uma atrocidade que ofende a doutrina da Igreja, uma vez que promove a laxidão moral, a qual reflete-se na administração dos sacramentos¹⁶.

Outro importante nome da “reforma regalista-jansenista” pombalina em Portugal foi o bispo D. Frei João Cosme da Cunha (1715-1783). Frade do hábito de Santa Cruz, em 1763, tornou-se arcebispo de Évora, e, em 1770, a pedido do Marques de Pombal, foi elevando a cardeal pelo papa Clemente XIV.

de Pombal expulsou os jesuítas de todo império português, em 1759, e reformou a Universidade de Coimbra. A centralização e o mercantilismo foram duas constantes na sua administração. O reinado de D. José I e de seu ministro durou quase 27 anos (1750-1777)” (2013, p. 7).

¹⁴ Gabriel Duparc de Bellegarde (1717-1789) foi um importante advogado jansenista que depois de ser nomeado Cônego de Lyon transferiu-se para Utrecht, na Holanda, de onde manteve correspondências com diversos jansenistas portugueses, dentre eles o próprio Marquês de Pombal, a partir das quais escreveu as “*Memórias*”, que são, por assim dizer, um registro do surgimento, expansão e poder do regalismo-jansenismo em Portugal no século XVIII.

¹⁵ O Pe. Antônio Pereira de Figueredo foi nomeado professor de Teologia na Congregação do Oratório de Lisboa, em 1761, que passou a ser um dos centros do jansenismo em Portugal nos finais do século XVIII. Além das supracitas *Doutrinas...*, escreveu outra obra em defesa do jansenismo, contra o molinismo, o opúsculo *Princípios da Religião Verdadeira*, publicada em 1778. Bem como duas obras tidas como os pilares do regalismo português: *Tentativas Teológicas* (1766) e *Demonstrações Teológicas* (1769).

¹⁶ É autor, também, de uma obra intitulada *Tentativas Teológicas*, de 1776, que no entender de Ítalo Santirocchi “pode ser considerada a obra maior do regalismo lusitano” (2013, p. 10). Onde defender a submissão da Igreja ao Estado.

Um dos feitos memoráveis para difusão do jansenismo em sua arquidiocese foi a tradução e adoção do *Catecismo de Montpellier*¹⁷, escrito pelo padre oratoriano François Aimé Pouget, de matiz galicano-jansenista. A obra fora implantada como nova diretriz de ensino dos catecúmenos, em substituição a literatura em voga nos tempos dos jesuítas¹⁸ e conseqüentemente pelo “movimento regalista-jansenista” português, visto que, diz Juarez dos Anjos, seguindo as pegadas de Ítalo Santirrochi,

Fruto do seu tempo e das representações dos atores que o produziram, o *Catecismo de Montpellier* fazia, em suas lições, por um lado, forte defesa da autoridade temporal e episcopal, o que o tornava simpático ao galicanismo. Por outro vinha embebido no pessimismo teológico jansenista: pregava a necessidade da vigilância e submissão do fiel à autoridade humana, sinal visível da autoridade divina, única capaz de salvar sua tão machucada alma. O impresso, com todas essas qualidades, foi um best-seller do seu tempo: em 1731 já contava 20 edições (*apud* 2016, p. 1033).

Num primeiro momento houve certa reação ao *Catecismo*, principalmente por seu cunho jansenista, mas, como bem pondera Cândido dos Santos, “o jansenismo do *Catecismo de Montpellier* é um jansenismo ‘mitigado’, que o poder usou como um aliado tático. Nada Mais. No mais, era regalista, conciliarista, anticúria romana, antijesuítas. Que mais queria o despotismo iluminado?” (2007, p. 38).

Depois disso, muitas foram as obras/autores jansenistas que fizeram adeptos em Portugal no período da “reforma regalista” pombalina, quase sempre resultantes das relações (correspondências) entre os jansenistas portugueses e Duparc de Bellegarde, porta-voz do jansenismo de Triecht, na Holanda. Como exemplos,

¹⁷ O título original era *Instructions Générales en Forme de Catéchisme* (1702), mas ficou popularmente conhecido por *Catecismo de Montpellier*, por ter sido encomenda pelo bispo de Montpellier, Charles-Joachim Colbert de Croissy (1667-1738), que se recusaram a aceitar a *bula Unigenitus*, que havia condenado o padre oratoriano jansenista Pasquier Quesnel, conforme vimos anteriormente.

¹⁸ Além da diocese de Évora, o *Catecismo de Montpellier* fora adotado por várias dioceses portuguesas, como por exemplo a diocese de Beja, principalmente durante a gestão de D. Frei Manuel do Cenáculo, que chegou ao posto de bispo em 1777. E logo chegaria ao Brasil, pois, segundo Evergton Souza, entre os livros trazidos pelo bispo franciscano D. Manuel da Ressureição, nomeado para Diocese de São Paulo em 1771, estavam os dois volumes do referido *Catecismo*, além de outras obras jansenistas, que seriam colocados à disposição do clero e dos estudantes do Seminário, não obstante o referido Bispo fazer parte da Real Mesa Censória. Bem como, baseado nos escritos de Arlindo Rubert, nos diz que o referido *Catecismo* fora introduzido também na Diocese do Rio de Janeiro, pelo bispo beneditino (jacobeu) D. Antônio do Desterro Malheiro, que estava no cargo desde 1746, mas que nos últimos tempos havia aderido ao “movimento regalista-jansenista pombalino” (cf. 2005, p. 6). Depois disso o referido *Catecismo* terá grande circulação no Brasil, até atingir o período Imperial, como instrumento ideológico-pedagógico de educação das crianças, sob a tutela da reforma educacional do Pe. Diogo Feijó, Regente do Império na década de 1830, conforme veremos mais adiante.

podemos destacar o *Cathécisme historique*, de Fleury, e o *Tratatus de gratiae*, de Jean Pierre Gourlin, e o jornal jansenista *Annali ecclesiastici*, enviados a Universidade de Coimbra¹⁹, onde, inclusive, atuou como reitor e bispo por longos anos o brasileiro D. Francisco de Lemos Farias Pereira Coutinho (1735-1822), um regalista-jansenista amigo e protegido do Marques de Pombal²⁰. Nesses momentos foram produzidas diversas teses de cunho jansenistas, principalmente sob a orientação do professor Antônio Álvares, grande autoridade no pensamento de Santo Agostinho. Sem contar com os escritos de autores nacionais em defesa ou contra os escritos vindos das bases jansenistas de outros países europeus, como, por exemplo, os famosos embates entre os confrades-padres oratorianos José Morato e Lucas Tavares, em torno das *Actas* do Sínodo de Pistóia (Itália-1786), que Duparc de Bellegarde fez chegar à Portugal, onde as teses jansenistas foram debatidas. Na ocasião, o Pe. José Morato teceu críticas às teses regalismo-jansenismos ali confirmadas, enquanto o Pe. Lucas Tavares defendeu-as.

E quase sempre as discussões partiam da Universidade de Coimbra, escolhida por Pombal para ser o centro da “reforma das luzes” por ele orquestrada em terras lusitanas, bem como com o apoio do Ordem dos Oratorianos, que desde os tempos de D. João V, vinham sendo preparados para substituir os Jesuítas na orientação educacional portuguesa, conforme acentua Vivien Ishaq:

D. João V favoreceu os oratorianos, portadores de novas diretrizes pedagógicas e filosóficas, em detrimento dos jesuítas. Desde as primeiras décadas do século XVIII, diversos alvarás favoreceram a Congregação do Oratório criando uma competição com a Companhia de Jesus, sempre em clima de polêmicas que culminou com o episódio da crítica da gramática latina de Manuel Álvares. O apoio régio foi responsável pela construção da Casa das Necessidades, a doação de uma grande biblioteca e pela incumbência dos oratorianos lecionarem teologia, moral, filosofia, retórica e gramática latina aos jovens portugueses. A doação de uma renda anual tornou-a uma instituição

¹⁹ Evergton Souza nos chama a atenção para o fato da inexistência de obras jansenistas entre aquelas que foram censuradas pela Real Mesa Censória. O que demonstra que as obras jansensistas circulavam livremente no Reino português do período pombalino (cf. 2005, p. 5). E isto tanto em Portugal como no ultramar.

²⁰ A cerca deste diz Carlos Alves: “Francisco de Lemos é, atualmente, mais conhecido como reitor da Universidade de Coimbra durante a reforma pombalina. Próximo de Carvalho e Melo, Lemos foi uma das peças centrais, no processo de reestruturação estatutária, ocorrido entre 1771 e 1772. Mas Lemos não foi apenas reitor durante esse período, foi também o reitor que mais tempo esteve à frente da Universidade (31 anos divididos em dois reitorados), foi bispo de Coimbra por mais de quatro décadas e desempenhou outras posições de relevo na sociedade portuguesa oitocentista” (2019, p. 3).

próspera, possibilitando o prolongamento de sua ação fora de Portugal, como ocorreu em Pernambuco na América portuguesa e na Índia em Goa, traduzindo um esforço para o rompimento com o tradicional domínio cultural e pedagógico dos jesuítas [...]. (2004, p. 305-306)²¹.

Por sinal foi nesse clima de “guerra fria” entre jesuítas e oratorianos, que veio à tona as obras pedagógicas de dois padres oratorianos, escritas dentro do espírito “regalista-jansenista” português. Primeiro, diz Riberto Dias, “o Pe. Manuel Monteiro (1667-1758) afronta, em 1746, didaticamente os Jesuítas com o *Novo Método para aprender a gramática latina ordenado para o uso das escolas da Congregação do Oratoriano na Casa de Nossa Senhora das Necessidades*” (2017, p. 46 – destaque do autor). Ainda segundo o mesmo comentador, “a intenção de Manuel Monteiro era substituir o manual de latim *De institutione grammatica*, de autoria do jesuíta Manuel Álvares (1526-1583), que havia sido publicado pela primeira vez em 1572 e vigorava ‘incontestemente’ nas escolas e universidades inacianas” (*Ibid.*, p. 46-47). O segundo, Pe. Luís Antônio Verney (1713-1792), foi o autor do manual intitulado “*O Verdadeiro Método de Ensinar*”, datado de 1747, que seria largamente usado, mais tarde, no projeto de “reforma ilustrada pombalina”. Do ponto de vista religioso ficou conhecido por “Catolicismo ilustrado ou Iluminismo Católico”, em substituição ao método tradicional jesuítico-neoescolástico exposto em seu famoso Plano Pedagógico de Estudos conhecido por “*Ratio Studiorum*”²², classificado pelo Pe. Verney como “o maior responsável pelo atraso educacional e científico de Portugal” (*apud* SILVA, 2013, p. 105), em comparação ao que estava acontecendo nos demais países da Europa.

²¹ Roberto Dias em capítulo de sua tese intitulado “D. João V e a Companhia de Jesus: ‘o começo do fim’”, mostra uma série de fatos sucessivos que demonstram a mudança de posição de D. João V frente a relação entre Igreja e Estado, de um apoiador do “movimento jansenista”, ao seu extremo oposto no “movimento regalista”, que atingiria seu ápice na “reforma ilustrada pombalina”, no governo do seu sucessor D. José I, a começar exatamente pela substituição dos jesuítas no comando da Universidade de Coimbra, pelos Padres oratorianos, que Roberto Dias chama de “o começo do fim”, que culminaria com a expulsão definitiva daqueles do Reino de Portugal, em 1759 (cf. 2017, p. 51-56).

²² Roberto Dias nos dá a informação de que tal esse Plano “foi elaborada tendo como base as ‘Regras do Colégio Romano’ e suas orientações pautavam-se na filosofia de Aristóteles, São Tomás de Aquino e no movimento da Renascença. A obra foi impressa em três versões: a primeira, provisória, em 1586, a segunda em 1591 e a versão última publicada e promulgada para todos os colégios da Companhia em 8 de janeiro de 1599. Esse regulamento recebeu o título de *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu 173* (O Método e a instituição dos estudos da Companhia de Jesus), conhecido como *Ratio Studiorum*” (2017, p. 131).

Aos referidos escritos somava-se outro de Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), um filósofo, pedagogo e médico que nasceu em Portugal, estudou em Coimbra, depois fez medicina da Universidade de Salamanca, onde obteve o título de Doutor em Medicina, em 1724, mas por ser filhos de pais cristãos novos (judeus convertidos), foi perseguido pelo Santo Ofício sob a acusação de praticar o judaísmo as escondidas, tendo que fugir do Portugal, aos 27 anos de idade, quando, depois de passar por vários países, fixa residência na Holanda, onde passa a trabalhar com o famoso médico Hermann Boerhaave, que, em 1731, o encaminha para Rússia, onde chegou a ser médico da Corte, a dirigir o Hospital de São Petersburgo e a ser membro da Academia de Ciências de São Petersburgo, bem como ter recebido o Brasão de Armas, concedido pela Imperatriz Catarina, a Grande. Na Rússia, tão logo recebeu a notícia de que os Jesuítas haviam sido expulsos do Reino de Portugal, pelo Alvará de 28 de junho de 1759, escreveu e enviou ao Marquês de Pombal uma obra intitulada *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, que viria a ser publica em Portugal em 1760, em que advoga a necessidade e o método para formação dos jovens, nomeadamente dos filhos dos nobres, para que viessem a ocupar cargos administrativos no Reino, uma espécie *Espelho dos Príncipes*, muito difundido na Idade Média. Inclusive, pensando num plano de educação em três níveis, de forma a manter a estratificação social, “dividia a mocidade em três grupos sociais cujo destino escolar nada tem a ver com as capacidades dos componentes dos grupos, mas apenas com a sua situação social. Os grupos são o povo, a classe média e a nobreza” (CARVALHO, 1986, p. 439-440). E como o fito maior da educação é a formação dos filhos da nobreza, aconselha o Marquês a criar um *Colégio Militar ou dos Nobres*, que foi fundado em 7 de março de 1761, “destinado à educação militar da nobreza, com a condição, no entanto, de se não esquecer que os filhos da nobreza receberiam nesse colégio uma educação polivalente, de tal sorte que poderiam desempenhar funções nos estratos superiores do aparelho do Estado” (FERNANDES, 1992, p. 80). Ou seja, uma proposta de educação elitistas, como destaque Sara Barbosa, seguindo as pegadas de Rômulo de Carvalho:

Sanches concebia o povo pouco dado à educação, que deveria seguir os passos de seus pais e aprender um ofício que fosse útil, mas não ocupar espaços nas aulas, local privilegiado, e, sendo a oferta de ensino algo irreversível, que o estudante do povo tivesse aulas em casa, questionando, inclusive, se a oferta de educação para o povo não seria prejudicial à própria Nação, posto que os serviços cujo

esforço fosse braçal seriam preteridos em lugar daqueles mais intelectuais (*apud* 2016, p. 10).

Isto porque, conclui a supracitada comentadora,

a elite portuguesa, no século XVIII, não apresentava mais as mesmas condições do século XVI, momento da expansão territorial e enriquecimento significativo, fruto da exploração das colônias conquistadas. Se naquele momento não se pensou em formar cidadãos portugueses nas colônias para a administração burocrática, o comércio, as letras e a guerra, o século XVIII era o momento para isso e apresentava uma justificativa convincente: modernizar Portugal a ponto de ficar *pari passu* com os dois principais estados europeus, França e Inglaterra, e deles se defender. Portugal, assim como os outros países da Europa na altura, não estava preparado para a entrada no universo moderno setecentista, no que tange à educação, pois dependia de pessoal qualificado e a educação de que dispunham, em sua maioria, somente formava jovens religiosos, deixando de lado as ocupações que poderiam garantir a sobrevivência do Estado, seja nos momentos de guerra ou de paz. Essa falta de preparação tinha na Companhia de Jesus seu principal responsável, já que ela cooptava jovens aptos para as atividades laborativas e os confinava nas redomas sacerdotais. Para o Estado, era preciso rever essa situação (*Ibid*, p. 13).

Em suma, a exemplo do Pe. Verney, Ribeiro Sanches faz severas críticas a pedagogia jesuítica, vista como responsável pelo atraso em que se encontrava Portugal em relação ao resto do mundo, e a defender um novo método condizente com os ideais da Filosofia das Luzes, passando a ser mais um instrumento político-pedagógico a favor da “reforma regalista-ilustrada pombalina”.

As discussões que, inicialmente, só ocorriam em Coimbra, se espalharam por diversas dioceses, como as de Évora, Beja, Funchal, Elvas, Angra, Algarve, etc., focos do “regalismo-jansenismo ilustrado” pombalino português, notadamente antijesuíticos, na virada dos séculos XVIII-XIX.

Tal política foi consagrada pela atuação do Marquês de Pombal como primeiro ministro do rei D. José I (1750-1777). Historicamente associado ao reformismo ilustrado português, o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo tratou de absorver ecleticamente alguns princípios iluministas e regalistas, promovendo a modernização do Estado português e a afirmação do poder temporal sobre o religioso (SILVA, 2015, p. 4).

E neste contexto/orientação muitas foram as obras/autores nacionais envolvidos nesta campanha, seja nos campos das artes, da teologia/filosofia moral, da jurisprudência e

das ciências naturais, que procuravam seguir o espírito da “revolução iluminista” que reinava nos meios intelectuais da Europa. Por exemplo, o

Compêndio Histórico do Estado da Universidade, elaborado pela *Junta de Providência Literária*, criada em 23 de Dezembro de 1770 com o objetivo de examinar o estado da Universidade de Coimbra e servir de base para a redação de seus Novos Estatutos, estas reflexões se encontram sistematizadas, esgarçando uma metodologia afinada à preconizada pelas Luzes (SILVA, 2015, p. 9).

4.2 OS REFLEXOS DA “REFORMA REGALISTA/ILUSTRADA” PORTUGUESA, DE MATIZ JANSENISTA, EM PERNAMBUCO (SÉCULO XVIII)

Ítalo Santirocchi, depois de dizer que “durante o período em que o Marquês de Pombal dirigiu os destinos do reino português, apregoava-se que os padres deveriam ser somente moralizadores, educadores e professores do povo, ou mais exatamente, instrutores e exemplos de conduta moral” (2013, p. 7), na página seguinte, ressalta que

essas reformas tiveram também, como é natural, repercussões no Brasil, principalmente nas Academias e nos cursos de filosofia para o clero regular e secular. Um exemplo disso foi a formação ministrada nas comunidades dos beneditinos e franciscanos no Rio de Janeiro e no Seminário de Olinda, denominado por Muniz Tavares de “Nova Coimbra” (*Ibid.*, p. 8)²³.

Tanto é que, segundo Riolando Azzi, “um alvará do governo português de 30 de setembro de 1770 mandava utilizar nas escolas do Brasil manuscritos ou livro, principalmente o Catecismo pequeno de Montpellier” (1977, p. 498), que em Pernambuco chegaria pouco tempo depois, em 1774, a saber.

Em 1759, durante o bispado de D. Francisco Xavier Aranha (1757-1771), os jesuítas haviam sido expulsos do Brasil, motivando a sua substituição na condução do ensino em Pernambuco, sendo convidados os padres da Congregação dos Oratorianos, antigos aliados do “movimento regalista-ilustrado” em Portugal, e que agora poderiam ser úteis na implementação da mesma reforma no Brasil. Com a recusa do convite

²³Igualmente diz, a esse respeito, Ana Rosa da Silva: “As reformas promovidas na Universidade de Coimbra marcaram a formação intelectual de boa parte dos estadistas luso-brasileiros que, frequentando prioritariamente seus cursos jurídicos e teológicos entre 1780-90, atuaram na implementação das reformas ilustradas concebidas para o Reino e o Ultramar e, desde 1820, no processo de independência e consolidação do Estado nacional brasileiro” (2015, p. 15).

por parte dos Oratorianos, os frades da Província Franciscana de Santo Antônio²⁴ aceitaram a missão e permaneceram nela até a chegada do novo bispo D. Thomas da Anunciação, em 1774. O clérigo ficou no cargo até 1784, o qual fora escolhido pela Corte de Portugal para pôr em prática os ideais da “reforma regalista-ilustrada pombalina”.

Assim sendo, diz Evergton Souza, que se

já no episcopado de D. Francisco Xavier Aranha (1757-1771) as tendências reformadoras tenham sido favorecidas. Mas foi, sem dúvida alguma, durante o episcopado do cônego regular de santo Agostinho, D. Thomas da Encarnação Costa e Lima (1774-1784), partidário incondicional das reformas empreendidas pelo governo, que a difusão das ideias reformadoras ganhou proporções mais importantes. Em sua primeira carta pastoral, datada de 13 de setembro de 1774, o bispo de Pernambuco aconselhava aos seus diocesanos a leitura de certas obras publicadas graças ‘à piedade de nosso Monarca’ e de seu sábio e pio Ministro, nas quais eles encontrariam doutrinas pias e católicas que serviriam de alimento para suas almas (2005, p. 7).

O que é reforçado por Gilda Verri, que, ao descrever a figura do referido bispo, diz:

Nomeado em 18 de abril de 1774, tomou posse em 8 de setembro, o bispo designado, Dom Thomas da Encarnação Costa Lima (1723-1784), cônego regente de Santo Agostinho, que diziam serem partidários do regalismo – quer dizer, concorde com a interferência dos reais nas questões religiosas e adeptos da doutrina jansenista, isto é de Cornelius Jansenius [1585-1638], 7º bispo de Ypres condenado como herege pela Igreja católica, que estabeleceu um conjunto de princípios, enfatizando a predestinação, negando o livre-arbítrio e sustentando ser a natureza humana por si só incapaz do bem. Essas tendências da política religiosa contavam com a simpatia de Pombal, que concordava tanto com a doutrina de Jansenius como com o Galicanismo, um movimento originado na França em defesa da independência da administrativa da Igreja católica romana de cada país, com relação ao controle papal (2005, p. 94).

E dentre as supracitadas obras que D. Thomas da Encarnação²⁵ trouxe em sua bagagem estava o já referido *Catecismo de Montpellier*, de matiz regalista-jansenista.

²⁴Vale salientar que os Franciscanos chegaram a Olinda em 1585, quando construíram o Convento Franciscano Olinda, mas ainda não tinham autonomia, pertenciam a Província de Portugal. Foi só em 1657, com o papa Alexandre VII, que foram elevados a condição de Província, passando a se chamar Província Franciscana de Santo Antônio.

²⁵Nome religioso de Antônio da Costa Lima, nascido em Salvador – Bahia em 1723, que “entrou bastante cedo para a vida religiosa, tendo sido ordenado, em outubro de 1739, pelo arcebispo da Bahia, D. José Fialho. Pouco tempo depois, partiu para Portugal onde entrou no Monastério de Santa

Tal informação levou Evergton Souza a dizer que, não obstante o referido Bispo ter um longo histórico de envolvimento com o “movimento jacobeu” – fato que deixa dúvida se tenha abraçado o “regalismo Ilustrado” –, mas pelas evidências, “não seria exagero dizer que quanto à fidelidade ao governo, ao antijesuitismo e às preocupações pastorais, tratava-se dum típico bispo da época pombalina” (2005, p. 9-10). Seu comportamento não era uma exceção, muitos foram os eclesiásticos que “mudaram a casaca”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que fora exposto, defendemos que a chegada da imagem do misterioso “Cristo Crucificado” ao Convento de Santo Antônio de Ipojuca-PE, é, provavelmente, da segunda metade do século XVII, por várias razões:

Primeiro, que o jansenismo, como vimos, só começou a ser difundido no mundo a partir da obra póstuma de seu fundador Cornélio Jansênio (1585-1638), o *Augustinus*, de 1640, de forma que não poderia haver uma representação jansenista do Santo Cristo antes disto; Em segundo lugar, consta nos registros da importante obra “*Novo Orbe Seráfico Brasílico*”, do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), que durante o período de 1635 a 1654 o referido ficou sob o domínio dos holandeses, momento em que suas instalações foram utilizadas como uma espécie de quartel (cf. JABOATÃO, 1959, parte II, v. 1, p. 482-485), e, uma vez serem os holandeses de linha protestantes, não permitiriam a entrada de tal imagem no recinto. Pelo contrário - diz o Frei Milton Coelho em seu *Blog ARCA* - foi em ação de graças pela conquista da Insurreição contra os holandeses que fora idealizada a construção de uma capela, na lateral direita da igreja do Convento. Isto no início da segunda metade do século XVII, conforme consta nos relatos do Frei Jaboatão, no Capítulo XXXIV, intitulado “*Da Capella do Santo Christo deste Convento de Pojuca*”, a qual, por sua vez, baseia-se no “*Livro dos guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca*”:

445. Ao lado da Igreja á parte da Epistola com seo arco de pedra lavrada na parede principal logo ao pé das grades, está fabricada a

Cruz de Coimbra, dos Cônegos Regulares de Santo Agostinho, um bastião da jacobea. Em 1743, estava inscrito no curso de Cânones da Universidade de Coimbra. Em 1748, ele é ordenado cônego regular pelo ilustre jacobeu D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra, que também era cônego regular de Santo Agostinho” (SOUZA, 2005, p. 9). Em 1774 foi nomeado Bispo da diocese de Olinda.

Capella do Senhor, chamado vulgarmente, o Santo Christo de Pojuca. He hum dos santuários da maior veneração, e o mais buscado das parres de Pernambuco [...]. Do dia, mez, e anno, em que nesta se lançou a primeira pedra consta do assento seguinte: - Lembrança do dia, em que se botou a primeira pedra em o alicerse da Capella do Bom Jesus, que se fez neste Convento de S. Antonio em a Povoação de S. Miguel de Pojuca [...]; e depois de chegar ao alicerse a benzi eu Fr. Matheus da Presentação [...]; e o Cap. Francisco Dias Delgado ao assentar da pedra botou no alicerce ao longo da pedra dez mil reis em moedas de sellos [...]; e foi isto em hum domingo quatro de Novembro de 1663 [...] (JABOATÃO, 1959, parte II, v. 1, p. 489-490).

E no parágrafo seguinte o Frei Jaboatão narra o momento da inauguração da Capela:

446. Por outro assento do mesmo livro consta que aos quatorze mezes e dez dias depois que se deo principio à fabricação desta Capella, estando ja perfeita, e acabada de todo, se collocou nella a Sagrada Imagem do Senhor; diz assim: - Lembrança do dia, em que **se collocou o Bom Jesus em sua Capella**, que foi a 14 de Setembro de 1665, dia da Exallação da Cruz em huã segunda feira. **Veyo em procissão da Matriz para este Convento carregando o andor oilo Religiozos Sacerdotes** (*Ibid.*, p. 490 – destaques nossos).

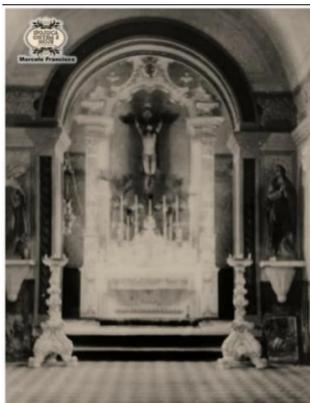
Portanto, ressaltamos, pelo que destacamos na supracitação, ainda não se trata do “Crucifixo jansenista” em questão, mas de outra imagem, do “Bom Jesus”, o qual, tempos depois, em 1759, fora substituída por outra, depois de um acidente com uma terceira imagem, de Jesus crucificado que se encontrava no coro da igreja, fato que levou o capitão Francisco Dias Delgado a encomendar outra, conforme diz o mesmo Frei Jaboatão no parágrafo 449, ao falar, sucessivamente: de como se deu o acidente, do incidente na compra da imagem ainda em Portugal, de sua chegada a Ipojuca, e do mistério quando do feitio da cruz:

449. Sendo tudo isto assim certo, o que tem agora a tradição fundada nestes principios he o seguinte. Professou neste Convento de Pojuca o Ir. Ieygo Fr. Antonio de S. Maria, filho de Mathias de Albuquerque Maranhão, e ficando alli por morador o mandaraõ os Prelados espanar anicho do choro, em que estava a Imagem do Santo Christo, e neste cuidado por estar a Imagem ja carcomida do caruncho se despregou dos cravos, c cahindo no sobrado, ou pavimento do choro se fez em pedaços. Sobresaltado do repente, [...] se sahio do Convento, e foi ter à caza de seo tio o capitaõ Francisco Dias Delgado [...]. Este qee era nosso Irmaõ da confraternidade, e particular bemfeitor da caza o trouxe aos Prelados, prometendo mandar vir do Reyno outra Imagem. Para esta fez recommendação ao seo procurador, mas elle esquecendo-se de a mandar fazer, estando a frota daquelle anno em vespervas de partir para Pernambuco, se foi ter com o tal procurador hum homem dele não conhecido, perguntando-lhe se queria alguã

Imagem do Santo Christo. Então lhe veio á memoria a recommendação, que tinha, e ordenou ao homem lhe trouxesse a Imagem; e ainda que vendo-a achou ser grande e fóra das medidas, que lhe mandaraõ por não mostrar o seo descuido a aceitou [...]. Chegou a Imagem ao Convento, e visto exceder as medidas do nicho do choro pela sua grandeza, [...] se obrigou o mesmo, que a mandou vir a dar outra proporcionada para o choro, como o fez determinando juntamente fabricar á sua custa a Capella para a Sagrada Imagem, que logo entenderaõ ser prodigioza. Outra maravilha sucedeu taõbem; porque querendo fazer a Cruz, sem se buscar de propozito, se achou huã arvore taõbem disposta com hastea, e ramos, que servindo estes de braços, se fez a Cruz inteira, e taõ proporcionada que a serem postiços os braços, ficara taõbem disposta, e perfeita ((*Ibid.*, p. 493-494).

Ou seja, não cabendo no nicho do coro, a nova e misteriosa imagem do Santo Cristo (jansenista) fora posta na Capela lateral da Igreja, e a imagem do Bom Jesus que ali estava fora transferida para o altar-mor da Igreja (à época de madeira), onde permaneceram até o momento do grande incêndio, em 1935, conforme fotos abaixo:

Imagem 1. “Santo Cristo” na capela lateral antes do incêndio de 1935



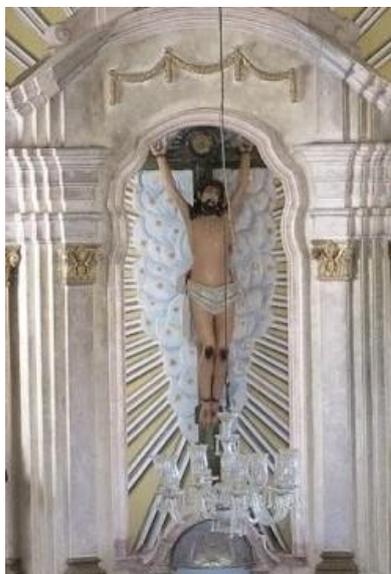
Fonte: Blog Ipojuca ONTEM E HOJE

Imagem 2. Bom Jesus no altar-mor da igreja antes do incêndio de 1935



Fonte: Glog Ipojuca ONTEM E HOJE

Em 1935, quando a capela foi destruída pelo referido incêndio que atingiu a igreja do Convento como um todo, inclusive o altar-mor e seu retábulo que eram de madeira, tendo o misterioso “Crucifixo” sido salvo pela população, o que fora visto como um sinal de milagre, dois anos depois, em 1937, ao ser reconstruído o altar-mor, desta feita em alvenaria, este foi posto ali, onde se encontra até hoje, conforme foto abaixo:



Fonte: Arquivo nosso.

Quanto à questão da suposta influência jansenista da “misteriosa” imagem, embora a primeira vista o Frei Milton Coelho (cf. 2009, p. 2-3) descarte esta possibilidade, e para tal diga que nunca ninguém tenha recriminado o fato dela estar num Convento católico, e até cita o fato do bispo de Pernambuco D. João Marques Perdigão ter passado ali em 1834-1835 e, ao contrário, ter elogiado a imagem, mesmo assim, não

podemos esquecer dois dados: Primeiro, que no período em que a imagem fora feita em Portugal, no início da segunda metade do século XVII, chegando ao Brasil em 1665, é exatamente o período em que o jansenismo estava entrando em Portugal, através do “movimento rigorista-jacobeu”, conforme vimos no segundo capítulo deste trabalho, e o fato do referido bispo D. João Marques Perdigão fazer parte da segunda e mais incisiva fase do jansenismo em todo Reino de Portugal, do “movimento regalista”, momento em que o “movimento reformador-ilustrado pombalino” mandou para o Brasil diversos bispos alinhados com o jansenista. Portanto, nada impede que o referido Bispo não tenha recriminado a imagem por ser ele mesmo simpatizante de tal movimento.

De qualquer maneira, ou no fundo, o próprio Frei Milton Coelho parece não descartar de tudo esta possibilidade, quando ao final da discussão dizer que “os jansenistas não conseguiram tirar da alma de nosso povo a ternura e a compaixão pelo Cristo Crucificado, ‘escândalo para os judeus e loucura para os pagãos’ (1Cor 1. 23)” (2009, p. 3).

Portanto, concluímos que o supracitado “Crucifixo Jansenista” presente hoje no Convento de Santo Antônio de Ipojuca-PE, na sua origem, ou do seu feitio em Portugal, poderá estar tranquilamente relacionado aos dois supracitados movimentos “rigorismo-jacobeu” e “regalismo-ilustrado”, ambos teologicamente de matiz jansenistas, os quais foram transplantados para a cidade pernambucana nos períodos colonial-imperial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Antônio de Almeida. As missões franciscanas na Bahia Colonial: Juazeiro e Jacobina. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos; SILVA, Edson (orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas*. Maceió: EDUFAL, 1999, v. 1, p. 169-193.

ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. *“O Reyno de Deos e sua justiça”*: Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012, 336 f. Tese (Doutorado em História da Época Moderna).

ALVES, Carlos Fernando Teixeira. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, uma biografia (1735-1822). Revista *História*, n. 178, p. 1-27, 2019.

- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O *Catecismo de Montpellier* e a educação da criança no Brasil Imperial. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n.162, p. 1028-1048, 2016.
- AZZI, Riolando. A catequese no Brasil: considerações históricas. *Convergência*, n. 106, p. 491-513, 1977.
- BARATTA, José do Carmo. *História eclesiástica de Pernambuco*. Recife: Imprensa Industrial, 1922.
- BARBOSA, Sara Rogéria Santos. As ideias de Luiz Antônio Verney e Ribeiro Sanches: contributos às reformas pombalinas para o ensino de língua latina. In: *Anais do X Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*, Aracaju, 22 a 24 de setembro de 2016, v. 10, n. 01, p.1-16.
- BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 15 n. 44, p. 282-408, 2010.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- COELHO, Milton. Convento de Ipojuca: a história e a estória do Senhor Santo Cristo. *Blog ARCA*. Postado em 11 de junho de 2009.
- COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultural da Cidade do Recife, 1981.
- DIAS, Roberto Barros. *História da expulsão dos jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759: a disputa política e os domínios da educação*. Fortaleza: UFC, 2017, 264 f. Tese (Doutorado em Educação).
- DONATO, Sóstenes Portela Vieira. Senhor Santo Cristo de Ipojuca, PE: o santuário e suas romarias. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História – ANPUH – João Pessoa*, 2003.
- DONATO, Sóstenes Portela Vieira. *Convento de Santo Antônio de Ipojuca em Pernambuco: reflexões históricas acerca da devoção ao Santo Cristo*. Recife: UFPE, 2008, 108 p. Dissertação (Mestrado em História).
- FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. 2 ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1992.
- FERREIRA, Breno Ferraz Leal. A teologia natural na cultura científica da ilustração portuguesa: oratorianos e franciscanos (1750-1800). *Revista História*, n. 177, p. 1-31, 2018.
- ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. *Catolicismo e luzes: a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Tese (Doutorado em História).
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos Frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1859. Parte II, v. 1.

MARTINS, Andrei Venturini. Comentário do tradutor. *In: JANSENIUS, Cornelius. Discurso da reforma do homem interior*. Tradução e comentário de Andrei Venturini Martins. Prefácio de Ricardo Reali Taurisano. São Paulo: Filocalia, 2016, p. 17-43.

MELO, Bruno Kawai Souto Maior de. Em defesa da fé: práticas jurídico-religiosas no bispado de Pernambuco (1725-1754). *In: Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia/X Seminário de Pesquisa do Departamento de História – UFC*. Fortaleza, 01 a 03 de outubro de 2012. p. 1-14.

MUNIZ, Jossana Milena David. *As controvérsias do rigoroso Bispo de Olinda: o jacobeu Frei Luís de Santa Teresa, O.C.D. e seus conflitos políticos no Pernambuco setecentista, 1738-1757*. Recife: UFRPE, 2019, 76 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional).

NASCIMENTO, Jeverson. As diferenças doutrinárias do calvinismo e do arminianismo. *Azusa: Revista de Estudos Pentecostais*, v. 9, n.1, p. 81-108, 2018.

PAIVA, José Pedro. Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754). *Revista de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra*, v. 8, p. 161-210, 2008.

PEREIRA, Levy. "Gonsalves de Mello, 1985". *In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/\(Gonsalves_de_Mello,_1985\)](http://lhs.unb.br/atlas/(Gonsalves_de_Mello,_1985)). Data de acesso: 17 de novembro de 2021

SANTANA, Eduardo Augusto. *História da implantação e desenvolvimento da Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780: contada a partir dos seus engenhos açucareiros*. Recife: UFRPE, 2014, 190 f. Dissertação (Mestrado em História).

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Padroado e regalismo no Brasil independente. *In: XIV Jornadas Inteescolas*. Universidad de Cuyo, 2013.

SANTOS, Cândido dos. *O jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. 311 p.

SANTOS, Cândido dos. *Jansenismo e antijansenismo nos finais do Antigo Regime*. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011, 244 p.

SANTOS, Gustavo Augusto Mendonça dos. *A justiça do bispo: o exercício da justiça eclesiástica no bispado de Pernambuco no século XVIII*. Recife: UFPE, 2019, 235 f. Tese (Doutorado em História).

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Do regalismo lusitano ao regalismo imperial: uma análise da reabilitação das teses galicano-jansenistas pelo clero liberal brasileiro (1826-1842)*. *In: Actas do I Congresso Lusófono de Ciências das Religiões*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2015. p. 1-31.

SILVA, Iverson Geraldo da. *O projeto anti-jesuítico: Verney, os oratorianos e a aliança com o Estado português*. *Sacrilegens*, v. 10, n.2, p. 96-108, 2013.

SILVA, Maria Eva da. *Os jesuítas e a política pombalina em Pernambuco no século XVIII*. Recife: UNICAP, 2007, 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião).

SOUZA, Evergton Sales. Jansenismo e reforma da Igreja na América portuguesa. *In: Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Tinta sobre papel: livros e leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808*. Recife: UFPE, 2005, 456 f. Tese (Doutorado em História).

WILLEKE, Frei Venâncio (org.). *Livro dos guardiães do Convento de Santo Antônio de Ipojuca*. Recife: Separata da Revista do IHGP, 1967.